

SEÇÃO
DOSSIÊ**GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO:
a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual****POPULATION GEOGRAPHY AND TEACHING PRACTICE:
The proposal of a guidebook from the sexual diversity perspective****GEOGRAFÍA DE LAS POBLACIONES Y LA PRÁCTICA DE LA
EDUCACIÓN: Propuesta de una cartilla bajo el enfoque de la
diversidad sexual****[ID Dayana Debossan Coelho¹](#)**Universidade Federal Fluminense (UFF),
Rio de Janeiro, Brasil
e-mail: dayanadebossan78@gmail.com**[ID Lilian Aparecida de Souza²](#)**Universidade Federal Fluminense (UFF),
Rio de Janeiro, Brasil
e-mail: liliansouzageo@gmail.com**Resumo**

Esta pesquisa resulta das reflexões operadas na disciplina Prática de Ensino, do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, na qual elaboramos uma cartilha portadora de conteúdo geográfico direcionada para o Ensino Fundamental II. O produto educacional foi pensado a partir da observação das pesquisadoras no campo de estágio sobre as experiências espaciais vivenciadas por grupos submetidos a regimes de opressão no espaço escolar. Para sua confecção, nos baseamos nos documentos normativos da Educação Básica e na bibliografia existente sobre essa temática. Em nossas análises utilizamos os interseccionados marcadores sociais: gênero e sexualidade. O objetivo do recurso didático, com potencial para ser desenvolvido na área de Geografia da População, foi apresentar uma proposta de prática de ensino diferenciada nesta área,

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bacharela e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Vice-coordenadora do Laboratório “Geografia Histórica das Cidades e Territórios” (GEHOCITE) localizado nas dependências do Departamento de Geografia da UFV. Atua no Núcleo de Estudos e Pesquisas Agroambientais (NEPAM) na linha de pesquisa Sociedade, Agricultura e Meio-Ambiente da UFF.

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa Geografia, espaço e ação (NUGEA/UFJF).

de modo a problematizar atitudes consideradas opressoras no espaço escolar e fora dele. Sua produção representa uma prática pedagógica e um instrumento de reflexão para a práxis docente, possuindo relevância educativa, acadêmica e social.

Palavras-chave

Ensino Fundamental; Geografia da População; prática de ensino; recurso didático; diversidade sexual.

Abstract

This research results from the reflections prompted in the discipline Teaching Practice, offered by the Undergraduate Licenciature Program of Geography at the Federal University of Viçosa. In this subject, we prepared a guidebook containing geography content aimed at the final years of Middle School. The educational product was developed from the participant observation of the researchers in the internship field on the spatial experiences lived by groups subjected to oppression regimes in the school space. For the elaboration of this guidebook, we based ourselves on the normative documents of the Brazilian Basic Education, as well as on existing bibliography on this theme. In our analyses, we used the intersecting social markers: gender and sexuality. The main objective of the didactic resource, with the potential to be developed in the knowledge area called Population Geography, was to present a differentiated teaching practice proposal in this area, in order to problematize attitudes considered oppressive in the school space and outside of it. The production of the guidebook represents a pedagogical practice and a reflection instrument for teaching and also social relevance.

Keywords

Middle School; Population Geography; teaching practice; didactic resource; diversity perspective.

Resumen

Esta investigación resulta de las reflexiones utilizadas en la asignatura Práctica de la Educación, ofrecida en la Licenciatura en Geografía de la Universidad Federal de Viçosa. En esta materia elaboramos una cartilla con información geográfica dirigida a los últimos años de la Educación Básica II. El producto educativo fue pensado a partir de la observación activa de los investigadores en campo durante la práctica sobre las experiencias vividas por grupos sometidos a un régimen de opresión en el espacio escolar. Para la elaboración de la cartilla nos basamos en los documentos normativos de la Educación Básica y también en la bibliografía existente sobre el tema. En nuestros análisis utilizamos marcadores sociales interseccionales: género y sexualidad. El objetivo principal del recurso didáctico, con potencial para ser desarrollado en el área del Geografía de las Poblaciones, constituyó en presentar una propuesta de práctica de educación diferenciada en esta área, que permita problematizar actitudes consideradas como opresoras en el ámbito estudiantil y, consecuentemente fuera de él. La elaboración de la cartilla representa un método pedagógico y un instrumento de reflexión para la práctica docente y posee relevancia no solo pedagógica y académica, sino también social.

Palabras-clave

Educación básica; geografía de poblaciones; prácticas de educación; recurso didáctico; diversidad sexual

Introdução

Os debates étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, dentre tantos outros, muitas vezes permanecem invisibilizados na escola, promovendo um silêncio desconcertante. Neto (2004) afirma que os espaços da moral estabelecem padrões e transgressões, que cada vez mais afunilam e reproduzem discussões sobre a condição social que a modernidade emprega nas suas instituições, tal como a frequente reprodução do aparelho da escola como caixa de ressonância das ideologias dominantes e conservadoras da sociedade. Com isso, a função social que a escola exerce, enquanto espaço democrático, é constantemente orientada por tais padrões que ocultam as situações de alteridade na elaboração de seus materiais teóricos e nas orientações ideológicas do ensino, existindo, desse modo, uma resistência muito grande em incorporar questões de gênero e sexualidade.

Envolto no discurso da democratização da escola, a dimensão homogeneizante traduz uma forma demarcada de conceber a educação, o ser humano e seus processos de formação, isto é, expressa um projeto político-pedagógico. Este, por sua vez, irá indicar o complexo das ações educativas que ocorrem no interior da instituição. Não se pode perder de vista que os

alunos e alunas chegam à escola caracterizados pela diversidade oriunda do desenrolar cognitivo, afetivo e social, notoriamente contraditórios e reflexo da “[...] qualidade e quantidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola” (DAYRELL, 1999, p. 140). Ou seja, são sujeitos corpóreo e socioculturais plurais. Nesse sentido, muitas vezes, as abordagens uniformes concedidas por alguns estabelecimentos escolares vêm ratificar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos e consagrar a lógica da sociedade patriarcal, heteronormativa, misógina e racista.

O pertencimento a um grupo no espaço escolar se torna um pré-requisito à interação entre os alunos e os professores, e os ideais hegemônicos são explícitos tanto no grupo quanto nos debates existentes na escola. O complexo cenário da formação identitária dos alunos (quem é negro, quem é branco, orientação sexual etc.) revela resistências, movimentos, hierarquias e desigualdades no espaço.

Focalizar as aproximações, alteridades, escolhas, os distanciamentos e conflitos, enfim, a vida em grupo, significa enxergar a escola como uma estrutura constituída por sujeitos socioculturais em interação com os demais. Apreender estes homens e mulheres através da ótica identitária significa alcançar os discentes em sua diferença, na medida em que o indivíduo é considerado portador de “[...] uma historicidade, com visões de mundo, escala de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógica de comportamentos e hábitos que lhes são próprios [...]” (DAYRELL, 1999, p. 140).

Entendendo que o ser jovem é condicionado pelas experiências, pode-se inferir que os estudantes da comunidade LGBTQIAPN³, vivenciam sua juventude através da distinção corpóreo-territorial. Tal distinção faz com que, muitas vezes, os integrantes da comunidade não ocupem os mesmos espaços escolares que a comunidade heteronormativa (os trajetos não são os mesmos para os vários tipos de sujeitos.) O itinerário de discentes com corpos negros é diferente, por exemplo, do de corpos brancos, assim como é distinto o de sujeitos heterossexuais perante o dos sujeitos LGBTQIAPN+. A discriminação em relação à raça, a orientação sexual, ao gênero, aos corpos (estereotipados em esbeltos e magros ou “fora de forma” /gordinhos, ao tipo de cabelo etc.)⁴ conduzem à prática do *bullying*. Este, de acordo com Pereira (2009), é uma situação que se caracteriza por agressões (física, verbal e psicológica), praticada de forma repetitiva, gerando transtornos aos envolvidos. Suas implicações na escola afetam os alunos e as alunas, produzindo consequências no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicológico.

Os temas que na teorização e no discurso são constantemente escamoteados ou trabalhados unilateralmente (raça, gênero, sexualidade, feminismo etc.) têm sua explosão com a “virada crítica” ocorrida no Brasil entre os anos de 1970 e 1980. Associados à vertentes pós-críticas, à reação (de contrapoder) aos governos autoritários e à possibilidade de abertura à

³ A comunidade de pessoas fora do padrão cis-heteronormativo, em suas diversidades, abrange um número cada vez maior de definições, sendo a sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais) a mais atual para se referir a esta população. A primeira parte da sigla – LGB – se refere à orientação sexual enquanto o restante diz respeito à maneira como o indivíduo se reconhece, ou seja, sua identidade de gênero. Esta será a nomenclatura adotada no trabalho, todavia, por ser uma produção anterior, a cartilha ainda utiliza a sigla LGBTQI+.

⁴ Os caminhos dos corpos no ambiente escolar podem ser caracterizados como diferentes ou “marginais” podendo, com isso, ter interdição nas suas espacialidades, já outros corpos marcados por juízos de valores considerados “normais” tendem a desenvolver qualquer espacialidade (cf. SILVA, 2009b).

redemocratização do país, alguns teóricos da Geografia⁵ começaram a esboçar transformações na geografia escolar e, conseqüentemente, nas suas teorizações e práticas. Ratts (2016), a este respeito, chama a atenção dizendo que as questões de gênero e sexualidade passaram a oxigenar os debates geográficos nesse contexto.

Enquadrando-se epistemologicamente nas vertentes pós-críticas, o temário gênero e sexualidade foi assentido por alguns teóricos e teóricas da Geografia. Contudo, não foi incorporado direta e de forma cabal nas áreas de ensino e didática. Apenas eventualmente, foram feitas menções na Geografia Escolar às problemáticas de gênero e sexualidade, e ainda há uma resistência do corpo docente em apropriá-las e incorporá-las à sua práxis pedagógica. Isso acontece, segundo Silva (2009a), porque os educadores não estão preparados e se orientam por valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, muitas vezes incrustados no seu processo formativo.

Segundo Silva (2009a), o gênero e a sexualidade dos sujeitos podem ser entendidos como “marcadores da diferença” na comunidade escolar, abarcando ausências, presenças, discriminações, barreiras, recusas, etc. De uma forma geral, as escolas têm funcionado como aparelhos de reprodução das ideologias dominantes da sociedade, conforme já apontava Althusser (1980) e Foucault (2014).

A escola ainda, por vezes, reproduz e ratifica os padrões de exclusão que estão em voga na sociedade e naturaliza-os. Nesse ínterim, a instituição enrijece as distinções de renda, cor e gênero e promove uma educação para a consagração de “verdades” alinhadas à ordem heterossexual dominante. No espaço escolar, experiências espaciais são interdidas aos grupos que transgridem a norma hegemônica em relação à sexualidade, ao gênero e ao desejo (SILVA, 2009b). Como exemplo, podemos citar o constrangimento das alunas travestis, as quais têm sua espacialidade restrita, ou ao menos constrangida, nos banheiros, nas aulas de educação física e no pátio na hora do recreio. À luz das contribuições de Silva (2009b) isso ocorre uma vez que a marca da transgressão dos travestis é explícita, visual, menos perceptível das que ocorrem com os gays e/ou lésbicas.

Ao confrontar e tensionar o poder heteronormativo, as travestis e toda a comunidade LGBTQIAPN+ são alvo de constantes agressões. A escola, em muitos casos, torna-se local de sofrimento, violência e ataques recorrentes à sua autoestima, que malogra as esperanças de conquistas materiais e sociais no futuro. Afinal, as experiências vivenciadas são, predominantemente, marcadas pela exclusão e interdição do acesso à educação, o que resulta na evasão escolar.

Apesar da escola, em muitos casos, contribuir para a produção de representações sociais negativas, ela também pode ser o espaço da inclusão, do acesso democrático ao conhecimento, da convivência das diferenças, da justiça social. Nesse sentido, o docente é convidado a intervir na realidade socioespacial, promovendo Geografias subversivas, a fim de: legitimar o direito universal à escola; questionar a organização binária da sociedade heteronormativa; produzir um contrapoder visando a reorganização espacial - a organização do espaço é concebida como sexista e vigora como componente de ordenamento das relações de gênero (MASSEY, 1984);

⁵ Tais como: Milton Santos com a discussão do racismo e da corporeidade do cientista negro; José Willam Visentinni que ao retratar a realidade social dos estudantes indicou questões de feminismo, de segregação étnica (enfocando o *apartheid* sul-americano em seus livros didáticos e paradidáticos) e de racismo; Tomoko Iyada Paganelli que nos seus estudos sobre as crianças destacou as problemáticas raciais e de gênero, dentre tantos outros.

trazer à tona o debate sobre pluriversalidade de gênero e sexualidades. Ao tensionar a pretensa hegemonia branca, masculina e heterossexual, podemos caminhar em direção a um projeto de escola mais incluyente, solidário, empático e que seja capaz de respeitar a alteridade.

A partir das considerações esboçadas, o trabalho em tela é um relato de experiência da elaboração de uma cartilha com o seguinte título: “Pergunte a si mesmo: eu sou contra o *bullying*? A escola em qualquer lugar é uma escola antibullying”, portadora de conteúdo geográfico e direcionada para os anos finais do Ensino Fundamental⁶. O produto educacional foi pensado a partir da observação participante das pesquisadoras nos campos de estágio sobre as experiências espaciais vivenciadas por grupos submetidos a regimes de opressão no espaço escolar. Em nossas análises, utilizamos os distintos e interseccionados marcadores sociais: gênero e sexualidade. O objetivo principal do recurso didático, com potencial para ser desenvolvido na área de conhecimento denominada Geografia da População, consistiu em apresentar uma proposta de prática de ensino diferenciada nesta área, de modo a problematizar pensamentos, representações e atitudes consideradas opressoras no espaço escolar (como o *bullying*) e, conseqüentemente, fora dele.

Nesse sentido, a proposta da criação da cartilha busca conferir visibilidade ao corpo e à corporeidade, compreendidos segundo Ratts (2016, p. 125) como “[...] categorias de pensamento - sociais, espaciais e culturais, antropológicas, geográficas e históricas”. Ou seja, clarificar a dimensão espacial da corporeidade⁷ elucidando as diferenças dos/nos corpos e na ocupação destes nos espaços sociais em termos de pertencimentos raciais, de gênero e sexualidade.

Formação docente, ensino de Geografia e diversidade sexual: a origem da proposta

Este trabalho resulta das reflexões teórico-analíticas e metodológicas operadas na disciplina Prática de Ensino, ofertada pelo curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no primeiro semestre de 2021. Tal disciplina, de extrema importância para a formação docente, objetiva: refletir sobre a natureza da docência em Geografia em situações contextualizadas; compreender o papel da Geografia escolar na atualidade; instrumentalizar discentes licenciandos para atuação em sala de aula; analisar e produzir materiais didáticos para a educação básica; planejar e executar planos de aula, planos de curso, unidades didáticas e sequências didáticas para os níveis de Ensino Fundamental e Médio, utilizando diferentes linguagens geográficas. Deste modo, busca estimular os estudantes a desenvolver a práxis reflexiva, fundamental para a docência.

⁶ A cartilha foi produzida, mas as autoras não tiveram a oportunidade de apresentá-la e discuti-la com as turmas em que realizaram o estágio supervisionado devido às adaptações ao ensino remoto impostas pelas necessárias medidas de isolamento social para a contenção da pandemia de coronavírus.

⁷ Santos denomina esta dimensão de lugaridade: “[...] a corporeidade nos leva a pensar na *localização* (talvez pudéssemos chamar de *lugaridade*), a destreza de cada um de nós [...] E aí aparece em resumo o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporeidade” (SANTOS, 1997, p. 134-135, grifos nossos).

Em uma das atividades prático-reflexivas da disciplina, a proposta foi a elaboração de um produto educacional cuja temática fosse relevante e pouco trabalhada nas aulas de Geografia na Educação Básica. Para selecionar o tema, partimos da leitura e análise de documentos normativos da educação básica, tais como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1998), em seus volumes de Geografia e Orientação Sexual, e das vivências e experiências obtidas nos campos de estágio formativos da Licenciatura. Isso porque consideramos, assim como Lima e Pimenta (2006), que o estágio, além de se constituir como campo de conhecimento e dispositivo pedagógico que auxilia na reflexão e enfrentamento da dicotomia teoria e prática, é um instrumento de pesquisa. Nessa perspectiva, advogamos que a universidade é espaço formativo, lócus da docência, e que a pesquisa na escola integra o caminho metodológico para esta formação. Portanto, o estágio consiste na investigação das práticas pedagógicas nos estabelecimentos educacionais.

Compreendendo o desenvolvimento do estágio como uma atividade investigativa, detectamos junto às escolas em que o realizamos, através de observação participante⁸, lacunas e (in)visibilidades no que tange às questões de gênero e sexualidade, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, sobretudo nas aulas de Geografia. Realidade semelhante de muitas instituições escolares (estaduais, municipais, públicas e privadas), foram apontadas nas pesquisas de Ratts (2016), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016) Faria (2018), Souza (2021), entre outros. Nesse ínterim, a temática selecionada para a elaboração do produto educacional da disciplina Prática de Ensino foi a diversidade sexual e o recurso didático a fim de trabalhá-la foi a cartilha.

A justificativa que embasa tal escolha está relacionada ao silenciamento de alguns professores em geral e de Geografia em tocar no assunto, já que o mesmo é visto como “tabu” social (o que está associado ao próprio receio/despreparo dos sujeitos escolares - professores, funcionários, corpo administrativo etc.). Como é um tema pouco discutido, os alunos, alunas e demais integrantes da comunidade escolar reproduzem estigmas e preconceitos a respeito dos colegas integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, que nos padrões heteronormativos não são identificados e tratados como pessoas “normais”, levando ao cometimento de *bullying* no espaço da escola.

As instituições de ensino não estão apartadas das dinâmicas sociais e reúnem boa parte das contradições da sociedade, acabando por hierarquizar gêneros e sexualidades através da preservação de um padrão de representação masculino, branco e heterossexual. Deste modo, muitas vezes dentro do espaço escolar preconceitos são difundidos e a diversidade dos sujeitos é constrangida, silenciada ou excluída. Quando muito, sexualidades outras são toleradas, mas ainda longe de serem respeitadas (FARIA, 2018).

Faria (2018) em diálogo com Ornat (2012) e Silva (2011), indica que a escola vai se configurar como um espaço interdito das expressões da diversidade, pautando-se por relações heteronormativas de poder que se expressam tanto em suas estruturas arquitetônicas, quanto em suas normativas, currículos e sujeitos. O autor problematiza diversos aspectos que contribuem

⁸ De acordo com Gil (1999), a observação pode ser utilizada como uma técnica de coleta de dados. Segundo ele, a observação usa os sentidos para captar a realidade, podendo o cotidiano ser apreendido sem intermediação. A observação participante consiste numa participação real/ativa do conhecimento seja na vida de uma comunidade, grupo, instituição ou uma dada situação, ou seja, realiza-se a detecção do conhecimento de vida de um grupo por meio do interior dele mesmo. Esta técnica se divide em duas modalidades: a natural, na qual o observador pertence à comunidade que estuda; e a artificial, em que o observador se insere ao grupo com o intuito de efetuar uma investigação. Nesta pesquisa utilizamos esta última, sendo que ela possibilitou captar as palavras e o comportamento dos discentes.

e aprofundam essa realidade excludente, dentre eles, as lacunas e os esvaziamentos da formação docente em Geografia, no que tange às questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, embora identifique que haja uma crescente abertura para tais discussões dentro do campo acadêmico (FARIA; RATTS, 2017).

Com relação aos documentos orientadores da educação brasileira, estes pouco tratam da sexualidade em sua diversidade. A Base Nacional Comum Curricular - dispositivo normativo que estabelece os conjuntos de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica - em sua apresentação afirma ser “[...] um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (BRASIL, 2018, p. 5). Todavia, as demandas da discussão sobre gênero, diversidade e sexualidade, questões urgentes na contemporaneidade, tiveram pouca atenção na disputa de narrativas que constituíram o documento, gerando espaços desiguais de poder na estrutura curricular.

A esse respeito, Silva, Brancaloni e Oliveira (2019) colocam que as referências à temática se congregam na seção vinculada às Ciências da Natureza, sobretudo ao componente curricular Ciências, sendo ausentes nas demais áreas do conhecimento. Segundo os autores, o tema sexualidade é restrito à etapa da escolaridade que envolve o oitavo ano do Ensino Fundamental e é tratado sob o prisma dos mecanismos reprodutivos, da gravidez, das infecções sexualmente transmissíveis e da fase que contempla a puberdade. Ou seja, a sexualidade é trabalhada a partir dos conceitos de saúde e qualidade de vida. Na parte do documento dedicada à Geografia, destacamos, de forma geral, pouca abertura para inclusão do debate acerca dos termos “diversidade sexual”, “direitos humanos”, “preconceitos”, “direitos sexuais”, “gênero” e “orientação sexual”.

Mesmo com a BNCC (BRASIL, 2018), a maioria dos currículos escolares ainda tem como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998). Nestes que subsidiam a elaboração dos currículos, a discussão da sexualidade aparece como um tema transversal sob o título de “orientação sexual”. Segundo os documentos oficiais, os temas transversais contribuem na formação integrada dos alunos com temas de relevância em seu cotidiano, e a sugestão é que sejam trabalhados em todas as áreas do conhecimento e também de maneira interdisciplinar. Entretanto, a pesquisa realizada por Lira e Joffili (2010) demonstra que a temática é geralmente associada ao sistema reprodutor e abordada em aulas de Ciências e Biologia, sendo timidamente trabalhada em outras áreas, tal como a Geografia.

Mesmo com as pequenas abordagens geográficas e de outras ciências que ainda ocorriam de forma esporádica no espaço escolar, com a ascensão do conservadorismo representado por Jair Messias Bolsonaro (ainda como deputado estadual em 2011 e depois como candidato à presidência da República em 2018) e seus aliados, houve a distorção de projetos que garantiam a dignidade à comunidade LGBTQIAPN+. Um deles foi o “Escola sem Homofobia”, baseado em um conjunto de diretrizes criadas pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), o qual era constituído de material didático (filmes, cartilhas e sugestões de sequência didática para os professores) visando debater a violência de gênero e o preconceito nas escolas.

Tal projeto foi apropriado e distorcido pela ala (ultra) conservadora e fundamentalista da sociedade brasileira, deslegitimando os direitos da população LGBTQIAPN+, se referindo pejorativamente ao “Escola sem Homofobia” como “Kit Gay”. Além disso, projetos são criados por estes políticos de modo a silenciar ainda mais a abordagem dos temas gênero e sexualidade nas escolas, tal como o chamado Movimento Escola Sem Partido (GAYLATINO E DA ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, 2018).

Segundo Faria (2018), estes exemplos mostram que nos últimos anos o debate de gênero e sexualidade na escola tem gerado muitas discussões no bojo da sociedade brasileira, tanto que ele teve certa centralidade nas pautas das eleições presidenciais de 2018, que culminaram na vitória do candidato ultraconservador Jair Bolsonaro. Segundo o autor, esta situação de conflito tem contribuído para o crescimento do número de casos de *bullying* cometidos contra pessoas que não estão nos “padrões heteronormativos”, tanto dentro da escola quanto fora dela. Estes casos, ao não serem abordados e resolvidos de maneira adequada, acabam por reforçar comportamentos sexistas, machistas e LGTBfóbicos, aumentando o sofrimento de quem sente em seus corpos as marcas da violência.

Analisando este triste cenário, Roberto Diniz Junqueira afirma que:

A homofobia nas escolas afeta o bem-estar subjetivo; incide no padrão das relações sociais entre os estudantes e destes/as com os/as profissionais da educação; afeta as expectativas quanto ao “sucesso” e ao rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; gera desinteresse pela escola; produz distorção idade-série e evasão; prejudica o processo de inserção no mercado de trabalho; ensina uma invisibilidade e uma visibilidade distorcida; conduz à maior vulnerabilidade (em relação a chantagens, assédios, DSTs, aids, etc.). (JUNQUEIRA, 2013, p. 51-56)

São incontáveis os impactos do *bullying* na experiência escolar e na vida dos sujeitos que o sofrem. Contudo, muitos destes homens e mulheres fora dos padrões heterossexuais, ao passar por situações de violências e constrangimento dos seus corpos e identidades, se afirmam, questionam e tensionam a hegemonia social de gênero e de sexualidade. Deste modo, mesmo com retrocessos oriundos do fortalecimento do conservadorismo e aumento da violência, é possível identificar que há avanços.

Ratts (2016) e Faria (2018) acreditam que o espaço escolar se configura como um lócus privilegiado para a reflexão sobre gênero e sexualidade. Isso porque, além da função social da escola ser a de formação cidadã, ela é lugar de encontro de culturas, saberes científicos e saberes cotidianos, reunindo distintos sujeitos (muitos deles fora da normativa heterossexual) que se colocam em conflito e diálogo. Nesse sentido, Madrid argumenta que:

[...] se a escola espelha as estruturas, as dominações e as exclusões socioespaciais, ela também ocupa uma posição de promover debates que contribuam na reflexão destas estruturas (racista, patriarcal, machista, misógina, heteronormativa, transfóbica, homofóbica, bifóbica, por exemplo) para que se tenha uma quebra/desconstrução. A produção do espaço geográfico, nesta perspectiva, promove transformações refletidas nas práticas do cotidiano, e contribui para uma sociedade democrática e pluralista (MADRID, 2019, p. 184).

Sob esse viés, a Geografia Escolar é chamada a oferecer subsídios no sentido de derrubar estereótipos atribuídos aos sujeitos integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, buscando dialogar a respeito do espaço, gênero e das sexualidades. Para tanto, dentre os objetivos da educação geográfica deve estar a conformação de um raciocínio espacial que instigue pensar e problematizar a relação sociedade-espaço, trazendo para o debate as espacialidades cerceadas e/ou negadas dos distintos sujeitos e grupos sociais (CAVALCANTI, 2012).

Assim sendo, os professores e professoras em suas aulas e demais atividades pedagógicas devem buscar refletir sobre as vivências de pessoas de diferentes classes sociais, gêneros, cores, etnias, sexualidades, compreendendo suas espacialidades e historicidades. Esse

entendimento a partir das interseccionalidades⁹ agrega ao ensino de Geografia um caráter problematizador e um conhecimento socialmente referenciado e comprometido, com potência de estimular a compreensão da produção do espaço e das desigualdades, contribuindo, desta forma, para o pensamento crítico dos estudantes acerca de temas que tratam das dinâmicas socioespaciais sob os quais a sociedade brasileira se organiza (FARIA, 2018; MADRID, 2019).

Ao incorporar as interseccionalidades e outros olhares e modos de representação da sexualidade, as aulas de Geografia contribuem para desvelar opressões e desigualdades, abrindo possibilidade para as reflexões acerca da diversidade e da ordem binária dos sexos, promovendo a inclusão da diferença. A este respeito, Faria (2018) tangencia que:

a geografia na escola pode se projetar como reveladora das contradições dialéticas, das tensões sociais, das representações, de modo a expressar um saber sobre a espacialidade que opere como um mecanismo de emancipação, de alteridade, em oposição a práticas escolares que reforçam estereótipos negativos, historicamente construídos em torno da sexualidade (FARIA, 2018, p. 54).

Entretanto, isso exige que os professores e professoras de Geografia extrapolem os limites de conhecimentos, por vezes engessados em práticas tradicionais, tensionando valores morais e ações que negam a diversidade. O desafio de romper com os muitos silêncios e os silenciamentos é algo cotidiano, e para isso é necessário incluir discussões e ações pedagógicas que promovam uma educação para a sexualidade e para a diversidade, e que combata qualquer opressão e marginalização da diferença. Ressaltamos que não é fácil. A tarefa colocada aos profissionais da educação é o desenvolvimento de métodos e práticas de ensino problematizadoras e que incorporem recursos didáticos diversos de modo a sensibilizar e despertar o interesse dos estudantes. Foi com base nesse entendimento que buscamos elaborar a cartilha antibullying sobre diversidade sexual.

A cartilha de diversidade sexual como recurso didático antibullying nas aulas de Geografia

Tendo como base a BNCC (BRASIL, 2018), a temática da diversidade sexual foi pensada para ser desenvolvida e trabalhada junto aos alunos e alunas dos anos finais do Ensino Fundamental II (sobretudo, do 9º ano) e dentro da área de conhecimento da ciência geográfica denominada Geografia da População (sobretudo nos tópicos estrutura e distribuição geográfica da população)¹⁰. Ao abordar temas populacionais no ensino de Geografia, Rua (1993, p. 145) salienta que “é necessário que se fale de ‘gente’ e não de números”. Dados quantitativos são importantes e permitem compreender a totalidade, mas devem ser relacionados com dados qualitativos que considerem os homens e mulheres em suas corporeidades, culturas, modos de vida, entre outros aspectos sociais, econômicos e políticos, que contribuem para o entendimento da população em sua diversidade e totalidade, em múltiplas escalas.

⁹ Interseccionalidade é um termo formulado em 1989, pela norte-americana Kimberlé Crenshaw, pesquisadora e militante do feminismo negro. Trata das sobreposições das multiplicidades identitárias, tais como: gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, deficiência, entre outros marcadores sociais da diferença, e das opressões que a elas se entrelaçam (RIBEIRO, 2018).

¹⁰ Isto é: população absoluta; população relativa; crescimento natural ou vegetativo; superpovoamento; taxa de natalidade, taxa de fecundidade; taxa de mortalidade (e mortalidade infantil); expectativa de vida, crescimento migratório (migração pendular, migração sazonal, migração definitiva); pirâmide etária (PANIS, 2018; DANTAS et al, 2011). A partir desses tópicos podemos incorporar às aulas dados e reflexões sobre a comunidade LGBTQIAPN+, bem como discussões a respeito de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, o desafio colocado aos professores e professoras de Geografia é criar situações de ensino-aprendizagem que deem conta de corporificar os estudos da população, sem negar os dados estatísticos, levando em conta a diversidade dos sujeitos em suas interseccionalidades e também as vivências dos estudantes. Para tanto, o trabalho com diferentes recursos pode ser um caminho interessante. Livros didáticos, tabelas e mapas continuam relevantes no desenvolvimento de habilidades geográficas basilares, porém existem muitas outras linguagens, métodos e olhares que contribuem, inclusive, no maior interesse e criticidade dos discentes. Contudo, é importante lembrar que os recursos didáticos em si pouco fazem sentido, pois eles são mediações dos processos de aprendizagem e devem estar adequados aos temas em estudo, às estratégias didáticas e às realidades e corporeidades dos sujeitos da produção do conhecimento escolar.

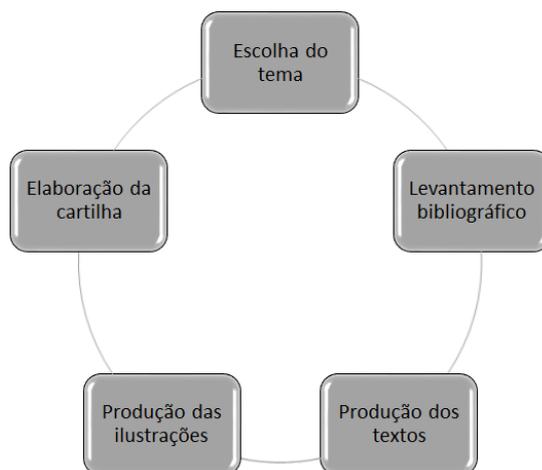
Lana de Souza Cavalcanti (2012) reflete que para alcançar os objetivos traçados no ensino de Geografia é necessário fazer escolhas adequadas de métodos, práticas e também de recursos didáticos. Como forma de melhorar a aprendizagem, podem ser utilizadas tecnologias, jogos, poesias, oficinas, atividades lúdicas, aulas de campo e cartilhas são possibilidades de recursos que podem ser acionados para a construção do conhecimento geográfico. Para a atividade em questão, optou-se pelo desenvolvimento de uma cartilha, por sua potencialidade educativa. De acordo com Boto (2004), o termo cartilha é usado desde o princípio da Idade Moderna e deriva da palavra cartinha, diminutivo de carta, sendo desde aquela época identificada como um conjunto de textos de fácil compreensão cujo objetivo era informar e ensinar.

As cartilhas podem ser utilizadas em diversas áreas das ciências e campos do ensino, desde que devidamente contextualizadas e inseridas na proposta pedagógica. Identificada por Silva (2018) como material didático não convencional, a cartilha possibilita discutir temas que não aparecem nos livros didáticos. Além disso, ela é um recurso documental simples de fazer, embora não seja fácil, pois deve ser escrito em linguagem acessível e de boa compreensão, e possuir um apelo altamente visual, contando com ilustrações que ampliam as potencialidades de entendimento do tema tratado.

Segundo Oliveira (2014), trabalhar com recursos diversos, tal como as cartilhas, em torno das temáticas da população e a partir das problemáticas vivenciadas por estudantes, permite debater e aprofundar questões pungentes ao cotidiano escolar e à sociedade, tal como a sexualidade e a diversidade. Deste modo, dirá a autora que quando bem pensado e estruturado “[...] o estudo da população também vai repercutir na formação social do aluno, família e comunidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 1), pois por ele perpassam “[...] informações, processos, valores e atitudes que orientam práticas cidadãs cotidianas” (CAVALCANTI, 2012, p. 46).

Buscando colocar em pauta a (in)visibilidade das questões de gênero e sexualidade nas aulas de Geografia, a proposta foi criar uma cartilha que agrupasse imagens, tabelas, dados de pirâmides populacionais, mapas e quadrinhos a um texto informativo e que pudesse ser compartilhada com docentes e discentes de forma online ou impressa. Tendo como referência os estudos de Silva (2018), para a produção da cartilha seguimos os seguintes passos, conforme esquematizado na Figura 1: a) escolha do tema; b) pesquisa de levantamento bibliográfico; c) produção dos textos; d) seleção e organização das ilustrações; e) elaboração e diagramação da cartilha.

Figura 1: Etapas de produção da cartilha Antibullying para discentes do Ensino Fundamental II



Fonte: SILVA, M. M (2018), adaptado.

Como já explicado, a escolha do tema se deu devido às lacunas encontradas por nós e outros autores a respeito do debate do gênero e da sexualidade no espaço escolar, sob o prisma de análise geográfico¹¹. Diante deste cenário, foram elencados alguns objetivos a serem contemplados na produção e divulgação da cartilha e na sequência didática a qual ela está inserida, são eles: promover o debate da diversidade sexual nas aulas de Geografia; contribuir para romper com preconceitos em relação à orientação sexual a partir da desconstrução de leituras heteronormativas e misóginas; apresentar dentro das temáticas de Geografia da População a composição populacional da comunidade LGBTQIAPN+, discutir suas corporeidades, espacialidades, e as estatísticas que envolvem as vítimas de homofobia; chamar atenção dos alunos a respeito do *bullying*. Por fim, a apresentação dos dados em conjunto com as vivências dos estudantes e reflexões suscitadas buscará sensibilizar e mobilizar os discentes no combate ao preconceito e a desenvolver empatia pelos colegas e respeito à diferença.

Para tanto, foi necessário realizar uma pesquisa sistemática sobre o tema e sua relação com os conteúdos de Geografia da População, sendo esta a segunda etapa da elaboração da cartilha. Durante este processo, utilizamos pesquisas acadêmicas que nos permitiram compreender como se opera a construção das invisibilidades de gênero e sexualidades nas escolas, e mais especificamente no ensino de Geografia. Destas, destacamos as contribuições de Silva (2009a, 2009b, 2011); Faria (2018) e Ratts (2016).

Também buscamos dados estatísticos e chegamos ao documento *Transrespeito versus Transfobia Mundial (TvT)*, produzido pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – REDETRANS Brasil (2019), o qual nos forneceu gráficos e mapas sobre assassinatos de pessoas trans e de gênero diverso em todo o mundo. Na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2009) e no Instituto Unibanco (2016) nos suprimos com dados a respeito do *bullying* e discriminação no ambiente escolar; na Fundação Perseu Abramo (2015) encontramos referências que discutiam sobre a homofobia nas escolas brasileiras e o Manual de Comunicações LGBTQI+ (2019) nos auxiliou a diferenciar e caracterizar os componentes que integram a sigla (orientação sexual e identidade de gênero).

¹¹ São importantes referências os estudos de Ratts (2016), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016), Faria (2018), Souza (2021), dentre outros.

Além disso, o Dossiê “Assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais” em 2019 e 2020, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil/ANTRA e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação/IBTE (2021) nos possibilitou visualizar a escala geográfica de abrangência da diversidade sexual, uma vez que analisaram o assassinato contra pessoas transexuais no mundo, no Brasil e em seus estados e regiões. O Dossiê também fornece tais dados a partir do prisma de análise racial e espacial ao revelar quais locais as vítimas sofriam atentados.

A seleção dos dados e imagens que seriam apresentados e mais a escrita do texto foram as etapas seguintes na produção da cartilha. Entendendo as características deste recurso didático, o público alvo a que ele se destinava e com base nos objetivos do documento, fizemos a análise e adaptação dos conteúdos. Buscamos escrever parágrafos curtos e/ou tópicos em linguagem acessível, de fácil compreensão e que dialogassem diretamente com as figuras, mapas e gráficos apresentados. Por fim, o último passo foi a diagramação da cartilha, no qual procuramos deixá-la visualmente bonita e atrativa aos alunos do segundo ciclo da Educação Básica. O resultado deste trabalho é apresentado na figura abaixo (Figura 2).

Figura 2a - Cartilha Pergunte a si mesmo: Eu sou contra o bullying? A escola em qualquer cidade é uma escola antibullying

BULLYING NÃO É BRINCADEIRA

BULLYING É UMA SITUAÇÃO QUE SE CARACTERIZA POR AGRESSÕES INTENCIONAIS, VERBAIS OU FÍSICAS, FEITA DE MANEIRA REPETITIVA, POR UM OU MAIS ALUNOS CONTRA UM OU MAIS COLEGAS. O TERMO SURTIU A PARTIR DO INGLÊS, *BULLY*, PALAVRA QUE SIGNIFICA TIRANA, BRIGÃO OU VALENTÃO.

FIGURA 1 - IDENTIDADE DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE:

Fonte: MISORELLI, 2019, p. 11.

Identidade de gênero - forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero feminino e masculino;

Expressão de gênero - forma que cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero feminino e masculino, sendo que nem todas as pessoas se enquadram, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e queer, por exemplo.

Sexo biológico - é o que existe objetivamente: órgãos, hormônios e cromossomos. Feminino: vagina, ovários, cromossomos XX. Masculino: pênis, testículos, cromossomos XY. Intersexual: combinação dos dois.

Orientação sexual - inclinação involuntária em cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero ou do mesmo gênero.

O que significa a sigla LGBTQI+? A sigla é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQI+, diz respeito ao gênero.

LGBTQI+

LÉSBICA: É TODA MULHER QUE SE IDENTIFICA COMO MULHER E TEM PREFERÊNCIA SEXUAIS POR OUTRAS MULHERES.

G: GAYS: É TODO HOMEM QUE SE IDENTIFICA COMO HOMEM E TEM PREFERÊNCIAS SEXUAIS POR OUTROS HOMENS....

B: BISSEXUAIS: PESSOAS QUE TEM PREFERÊNCIAS SEXUAIS POR DOIS OU MAIS GÊNEROS.

T: TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS: PESSOAS QUE NÃO SE IDENTIFICAM COM OS GÊNEROS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE, MASCULINO...

Q: QUEER: PESSOAS QUE NÃO SE IDENTIFICAM COM OS PADRÕES DE HETERONORMATIVIDADE IMPOSTOS PELA SOCIEDADE E TRANSITAM ENTRE OS "GÊNEROS", SEM TAMBÉM NECESSARIAMENTE CONCORDAR COM TAIS RÓTULOS.

INTERSEXUAIS: ANTIGAMENTE CHAMADAS DE HERMAFRODITAS, SÃO PESSOAS QUE NÃO CONSEGUEM SER DEFINIDAS DE MANEIRA DISTINTA EM MASCULINO OU FEMININO.

+: ENCLOBA TODAS AS OUTRAS LETRINHAS DE LGTT2QQIAAP, ...

Figura 2 - Orgulho e preconceito na escola

Fonte: <https://www.vce.com.br/arsculo/8q43pk/momofobia-na-escola>

1

Elaborada pelas autoras, 2021.

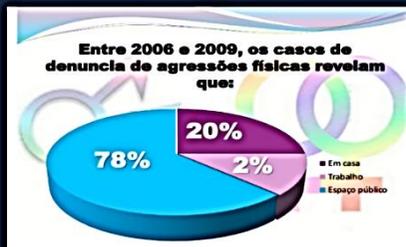
Figura 2b - Cartilha Pergunte a si mesmo: Eu sou contra o *bullying*? A escola em qualquer cidade é uma escola antibullying



Elaborada pelas autoras, 2021.

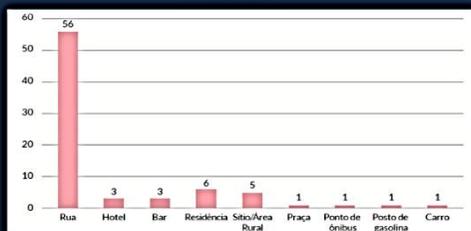
Figura 2c - Cartilha Pergunte a si mesmo: Eu sou contra o *bullying*? A escola em qualquer cidade é uma escola antibullying

Figura 3 - Espacialização da violência em relação à homofobia



Fonte: JUSTE (2012).

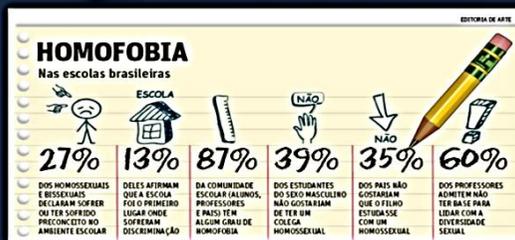
Gráfico 4 - Local onde as mulheres trans/travestis sofreram contras suas vidas (2020)



Fonte: BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021, p. 66.

A partir da Figura e do Gráfico acima é possível perceber que o principal local em que a vítimas sofreram atentados contra sua vida foi a rua, ou seja, o espaço público. A violência, a transfobia e o racismo chegam de formas diferentes nos bairros pobres e periféricos e, sobretudo, nas ruas, onde a maior parte das mulheres trans e travestis ganham a vida. A violência no Brasil apresenta um recorte de raça, gênero, identidade de gênero e classe, tornando-se um problema estrutural.

Figura 4 - Homofobia nas escolas brasileiras em 2015



Fontes dos dados: Fundação PERSEU ABRAMO/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)/UNESCO. Fonte da Figura: FERNANDES, 2015, s/p.

A LGBTfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tal. A LGBTfobia é utilizada para descrever fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra pessoas LGBTI+. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia) e travestis e transexuais (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação (ADGLT, 2010), pois trata-se de um crime de ódio.

Figura 5 - Tirinha sobre LGBTfobia



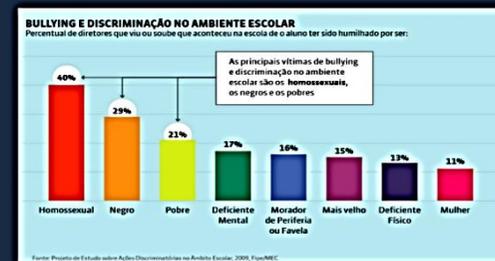
Fonte: Folha de São Paulo (2013).

Figura 6 - Combate ao preconceito



Fonte: Portal G1 (2017).

Gráfico 5 - Bullying e discriminação no ambiente escolar no Brasil (2009)



Fonte: Projeto de Trabalho sobre Bullying/Discriminação no Ambiente Escolar, 2009, Fape/MEC.

Fonte: INSTITUTO UNIBANCO, 2016.

LGBTQI+ e o direito à educação:

Em 2009, a pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP) identificou que os grupos mais atingidos pelo *bullying* e a discriminação no ambiente escolar eram homossexuais, negros e pobres. Também viu-se que em escolas em que havia mais atitudes preconceituosas, o desempenho médio dos alunos (não apenas daqueles que eram alvo dessas práticas) em português e matemática era menor. Outra conclusão é que, em geral, níveis maiores de preconceito numa escola não prejudicam apenas um grupo. Se há preconceito contra alunos LGBTQI+ é maior a probabilidade de no mesmo ambiente haver preconceito também contra negros, pobres, mulheres ou qualquer outra forma de discriminação.

Uma das formas de violência mais poderosas que se dá contra a população LGBTQI+ é a alienação à educação por conta do preconceito e a violência que se faz presente nas escolas.



Elaborada pelas autoras, 2021.

Figura 2d - Cartilha Pergunte a si mesmo: Eu sou contra o bullying? A escola em qualquer cidade é uma escola antibullying

Em sua página inicial, a cartilha apresenta o que é *bullying*. A escolha de abordar este tema logo no começo do documento se justifica porque as reflexões relacionadas aos constrangimentos e violências sofridos pelos sujeitos fora dos padrões heteronormativos na escola baseou todas as discussões que se propõe nas páginas seguintes e que culminam na lista de instrumentos jurídicos, órgãos para apoio e no incentivo à alunos e alunas que sofrem *bullying* por seu gênero e sexualidade denunciarem tanto na escola quanto nos canais legais cabíveis. Os demais tópicos perpassaram pela apresentação da sigla LGBTQIAPN+, da simbologia do movimento da diversidade e das diferenças entre identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico e orientação sexual.

Dados sobre a discriminação e a homofobia nas instituições de ensino e fora delas também foram relacionados a mapas e gráficos que espacializavam a violência e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, mostrando que o Brasil está no topo do ranking de violação de direitos humanos e homicídio contra esta população, sendo as transexuais e travestis as que mais sofreram agressões, *bullying* e a discriminação (SILVA, 2009a). No que tange às escolas, as pesquisas realizadas nas referências bibliográficas e documentais mostraram que infelizmente a sensação de afastamento desse espaço é um fato corriqueiro na vida de estudantes fora dos padrões heteronormativos, piorando quando se trata daqueles não-brancas.

De acordo com a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2015 pela ABGLT (2016, p. 27), 60,2% dos alunos LGBTQIAPN+ afirmaram sentir insegurança na escola no último ano por causa de sua orientação sexual e 42,8% se sentiam inseguros por causa da maneira como expressavam o gênero. Essa insegurança e sentimento de medo, que podem levar ao abandono e à evasão escolar por parte destes sujeitos, tem uma origem real, já que o mesmo estudo mostra que 27% das pessoas entrevistadas relataram já ter sofrido agressão e 73% ouviram algum tipo de xingamento em razão de sua sexualidade.

Diante deste contexto perverso e partindo das provocações de Cavalcanti (2012), elaboramos a cartilha pensando-a como um recurso inserido dentro de uma sequência didática cujo objetivo é trabalhar as temáticas da sexualidade, gênero e diversidade com alunos e alunas do 9º ano do Ensino Fundamental. Embora não tenha sido possível executar este planejamento durante o estágio, suas etapas serão aqui brevemente relatadas.

Propomos que a aula temática sobre diversidade sexual ocorra no momento em que o professor já tenha trabalhado os principais conceitos da Geografia da População em aulas anteriores (compreendendo o crescimento populacional a partir da relação entre demografia e condições socioeconômicas) e que os estudantes já se apropriaram da alfabetização e leitura cartográficas, visto que foram utilizadas diferentes formas de representação no produto educacional. Sugerimos que o professor inicie a discussão com uma roda de conversa com perguntas introdutórias, tais como: qual a composição da sua família? Conhece alguém que já foi discriminado por seu corpo ou sua sexualidade? Já viu algum colega sendo humilhado ou sofrendo agressão física por conta da sua sexualidade na escola? E fora dela? No momento das questões geradoras, buscar-se-á

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

trazer o que os alunos sabem a respeito do assunto e suas vivências e experiências espaciais.

Depois de estabelecer esse diálogo, distribua a cartilha – de forma impressa ou digital, a critério do docente – e trabalhe de modo a aliar as falas e experiências dos estudantes aos dados e conhecimentos científicos, sobretudo os relacionados às características da população brasileira, buscando estimular os alunos a interpretá-los, confrontando-os com a realidade, de modo a trazer para o debate as espacialidades dos sujeitos em suas interseccionalidades. Por fim, a ideia é que o professor sugira aos discentes conversar sobre a temática com pessoas de fora da escola, e trazer suas impressões para o debate e problematização na aula posterior. Desta maneira, acreditamos estar em consonância com Cavalcanti, para quem

O ensino de Geografia, assim, não deve se pautar pela descrição e enumeração de dados, priorizando apenas aqueles visíveis e observáveis na sua aparência (na maioria das vezes impostos à “memória” dos alunos, sem interesse por parte destes). Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições (CAVALCANTI, 2010, p. 20).

Tendo como referência a fala da autora, ressaltamos com o processo de elaboração da cartilha que as análises espaciais dos temas da Geografia da População, quando consideram e colocam em debate questões de gênero e sexualidade, podem servir de instrumento reflexivo acerca das desigualdades socioespaciais, preconceitos e discriminações, que também ocorrem no espaço escolar.

Tal como Milton Santos (2014, p. 144), pensamos que “[...] é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”. Nesse entendimento, esperamos que a cartilha e o conteúdo nela trabalhado façam sentido na vida dos discentes, instigando-os a refletirem sobre o seu cotidiano, podendo contribuir para que problematizem permanentemente a relação sociedade-espço e que ajam no sentido da construção de uma sociedade que, no mínimo, respeite a diversidade.

Para não concluir

A cartilha de diversidade sexual apresentada foi produzida a partir das reflexões suscitadas na disciplina Prática de Ensino e nas experiências vivenciadas no estágio supervisionado, espaços importantes do percurso formativo da licenciatura que fomentam o desenvolvimento de competências indispensáveis à atuação docente. Todavia, as discussões em torno das questões de gênero e diversidade sexual ainda são escassas dentro dos cursos de graduação em Geografia, nas instituições de ensino e na sociedade brasileira, sendo esta a justificativa da escolha da temática para ser trabalhada no recurso didático.

Entendida como uma mediação dos processos de ensino-aprendizagem, a cartilha foi produzida para futuros trabalhos nas aulas de Geografia da População no segundo ciclo do Ensino fundamental e problematiza as muitas violências e silenciamentos das pessoas LGBTQIAPN+ nos diversos âmbitos, inclusive na escola. Nesse sentido,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

corroborar-se com Ratts (2016, p. 124) quando o autor afirma que uma instituição “[...] que se pretenda inclusiva deve ampliar ao máximo o conjunto de segmentos a serem atendidos”, e fomentar o reconhecimento da diversidade. Isso exige a consideração dos sujeitos em sua totalidade, com seus corpos, sua cultura, seus sentimentos, e medidas eficazes para a redução da prática de *bullying*, o que tende a diminuir a sensação de insegurança, fracasso e, até mesmo, a evasão escolar. Essas medidas contribuiriam para tornar os estabelecimentos de ensino locais de mais acolhimento, democracia e cidadania, ao contrário do que frequentemente vem ocorrendo - locais de LGBTfobia (sobretudo, transfobia - discriminação para com travestis e transexuais).

Identificamos que o ensino de Geografia pode ajudar nesse processo, pois essa ciência vem se mostrando importante na produção de discursos subversivos à ordem patriarcal, heteronormativa e misógina ao inserir nos diálogos com os discentes a recongnição à diferença e aos direitos humanos. A este respeito, destacamos o trabalho de pesquisadores como Silva (2009a, 2009b, 2011) Ornat (2012), Ratts (2016), entre outras e outros, que tencionam a ciência geográfica e corajosamente conformam um campo de estudos que se dedica ao entendimento das interseccionalidades em sua dimensão espacial.

Também ressaltamos a importância de que durante a Licenciatura os discentes vivenciem experiências formativas que pautem a diversidade dentro e fora dos muros da universidade. Estar na escola coloca o futuro professor, tal como ocorreu com as autoras, de encontro a temas pungentes ao cotidiano escolar e, nesse sentido, as disciplinas que suscitam reflexões teórico-práticas, tal como as operadas nas disciplinas Prática de Ensino e Estágios, contribuem na preparação dos docentes para que trabalhem criticamente questões que tratam da complexidade socioespacial. No que tange à diversidade sexual, cotidianamente os geógrafos e geógrafas são convidados a desconstruir as narrativas cis-heteronormativas e lançar luz sobre os integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, contribuindo para que os sujeitos, muitas vezes, silenciados, possam se colocar e se afirmar, tensionando e buscando subverter a ordem instituída.

Na cartilha proposta utilizamos, sobretudo, os marcadores sociais de gênero e sexualidade como uma estratégia pedagógica contra a intolerância e o *bullying*. Todavia, nada impede que outros sejam interseccionados pelos docentes ao utilizarem o material por nós elaborado nos seus processos de ensino-aprendizagem. Cada professor pode adaptá-lo de acordo com seus objetivos e planejamento, pois consideramos que são as ações dotadas de intencionalidade que transformam a realidade socioespacial cabendo, de modo especial, aos professores e professoras enveredar na luta coletiva contra os poderes hegemônicos que norteiam o saber e o poder.

Nesse sentido, a ciência geográfica possui um papel ímpar de desvendar este binômio saber/poder nas instituições, como a escola, de maneira a descortinar o “véu” da dominação e do controle da ordem social cis-heteronormativa. Portanto, uma das contribuições da Geografia no debate da diversidade sexual consiste em suscitar discussões sobre a sexualidade no ensino, promovendo no espaço educacional críticas às pedagogias conservadoras e discriminatórias e potencializando pedagogias de reconhecimento da diferença, da diversidade e dos distintos sujeitos escolares.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Não tivemos a pretensão de esgotar a totalidade do assunto, mas abrir espaço para o diálogo, inferindo que mais estudos sejam desenvolvidos em relação à temática tratada. Nesse ínterim, a produção da cartilha representou uma prática pedagógica e um instrumento de reflexão para a práxis docente, tendo em vista que chama atenção para discussões historicamente negligenciadas/silenciadas, tanto socialmente quanto cientificamente. Desse modo, possui relevância não apenas pedagógica ou acadêmica, mas também social, auxiliando no combate ao preconceito e discriminações relacionados a questões de gênero e sexualidade.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ALIANÇA NACIONAL LGBTQI+. **Relatório Assassinato de LGBT no Brasil, 2016**. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). Disponível em: <<https://www.abgl.org/multimedia>>. Acesso em: 06 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA) E INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). Disponível em: <<https://antrabrasil.org>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL – REDETRANS Brasil. Monitoramento de Assassinatos Trans. BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 493-511, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/jxhVX3NN5mKdMBCCnfzgn6n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Brasília – DF: Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. 1998. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construções de conhecimentos**. 16 ed. Campinas: Papirus, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAES, Ioni Rodrigues Diniz; FERNANDES, Maria José da Costa. **Geografia da População**. 2. ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: UFRN, 2011. 246p.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 136-161.

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento. Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9258/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ruan%20Pinheiro%20do%20Nascimento%20Faria%20-%202018.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento; RATTS, Alex Prudêncio. Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 242 - 262, ago. / dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/9407/pdf13>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Editora Vozes, 2014.

GAYLATINO E DA ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. Manual de Comunicação LGBTQI+. REIS, T. (Org.). Brasil e Paraguai: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Federal do Paraná, 2018. 99p. Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/observatoriogbti/cartilhas-parceiros-observatorio-lgbti/>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Notícias. Registro Civil 2013: Brasil teve 3,7 mil casamentos de cônjuges de mesmo sexo. **Comunicação Social**. 2014. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2781&t=registro-civil-2013-brasil-teve-3-7-mil-casamentos-conjuges-mesmo-sexo&view=noticia>>. Acesso em: 08 maio 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020. Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

INSTITUTO UNIBANCO. Silêncio da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos. **Aprendizagem em foco**, n. 11, 2016. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Longe de mim ter preconceito, mas... Quadrinhos de Laerte publicados na **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1210553-laerte-faz-resenha-em-quadrinhos-de-livro-sobre-questoes-de-genero-veja.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Ensino. Projeto de Estudos sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/sumario_diversidade.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Faculdade de Economia. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo revela índice de Homofobia nas escolas brasileiras. **Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP/UNESCO)**, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Escola e o enfrentamento à homofobia: pelo reconhecimento da diversidade sexual como fator de melhoria da educação de todos. In: RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. (Orgs). **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. 3. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 51-56.

LIRA, Andréia; JOFILI, Zélia. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente**, v. 3 n. 1 p. 22-41, abr. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21102>>. Acesso em: 15 set. 2021.

MADRID, Camila. Gênero como conteúdo nas aulas de geografia na Educação Básica. In: Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 14, 2019. Campinas. **Anais do XIV ENPEG**, Campinas: Unicamp, 2019, p. 181-191. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2877>>. Acesso em: 09 set. 2021.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production**. New York: Methuen, 1984.

MISORELLI, Giuliana Vasco de Paula. A história LGBTQ+: um desafio pedagógico contra a intolerância. **Laboratório de Ensino e Material Didático**. São Paulo: LEMAD, História, p. 1-29, 2019. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2>

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

014/2014_ufpr_geo_pdp_vilma_aparecida_barszcz.pdf>. Acesso em: 13 de setembro 2021.

NETO, Luiz Ramires. Um silêncio desconcertante: a homossexualidade permanece invisível na escola. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, **Reunião Anual da Anped, 27, 2004**. Caxambu. Anais..., Caxambu: Hotel Glória, 2004, p. 1-15. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

OLIVEIRA, Vilma Aparecida Barszcz de. O estudo da população na geografia escolar, com o uso de tecnologias e metodologias diferenciadas. **Cadernos PDE volume II Governo do Estado do Paraná**: Secretaria de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_geo_pdp_vilma_aparecida_barszcz.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL TRANSGENDER EUROPE (TGEu). Monitoramento de Assassinato Trans, 2016. Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2016. Acesso em 12 fev. 2021.

ORNAT, Márcio José. Espaços interditos e a constituição das identidades travestis através da prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p-54-73, jan./jul., 2012. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rflagg/article/view/3336>>. Acesso em: 09 set. 2021.

PANIS, Marcelo. **Geografia da População**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2018. 216p.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Amor não é doença, é a cura. Demi Lovato se manifesta contra 'cura gay': 'Espero ver essa decisão errada consertada'. Decisão da Justiça Federal do DF libera psicólogos para tratar homossexualidade como doença sem serem repreendidos por conselhos de classe, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/demi-lovato-de-manifesta-contr-a-cura-gay-espero-ver-essa-decisao-errada-consertada.ghtml>>. Acesso em: 24 de abr. 2021.

PEREIRA, Sonia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Paulus, 2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 3, n. 3-4, p. 5-4, 2005/2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>>. Acesso em: 09 set. 2021.

RATTS, Alex Prudêncio. Corporeidade e diferença na Geografia escolar e na Geografia da escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**, a. 31, v. 1, n. 46, p. 114-141, 2018. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/680>>. Acesso em: 15 set. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RUA, João. (Org.). **Para ensinar Geografia: contribuição para o trabalho com 1º e 2º graus.** Rio de Janeiro: Access, 1993.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Júlio (Ed.). **O preconceito.** São Paulo: IMESP, p. 133-144, 1997.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7 ed., 2 reimpr. São Paulo: EdUSP, 2014.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: SILVA, J. M. (Org.) **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009a. p. 135-149.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Maria Joseli (Org.) **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009b. p. 25-52.

SILVA, Joseli Maria. Os desafios para a expansão da geografia das sexualidades no Brasil e os limites do diálogo científico internacional. In: SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. (Orgs). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p.187-200.

SILVA, Márcia Maria. **A elaboração de cartilha como recurso didático para o ensino de histologia.** 2018. 48 f. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26258/1/SILVA%2c%20M%c3%a1rcia%20Maria%20da.pdf>>. Acesso em: 10 setembro 2021.

SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp., p. 1538–1555, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>>. Acesso em: 07 maio 2021.

SOUZA, Gabriel de. Ensino de Geografia nas questões de gênero e sexualidade/orientação sexual - Escola Padre José Theisen. **Diversitas Journal**, v. 6, n.1, p.1499–1518, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1539>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

VICE. Orgulho & preconceito: relatos de homofobia na escola. Histórias que envolvem xingamentos, violência física e psicológica mostram como a diversidade ainda parece ser um problema nas escolas. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/8q43pk/homofobia-na-escola>>. Acesso em 28 de fev. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

COELHO, Dayana Debossan. SOUZA, Lílian Aparecida de. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 17, pp. 15-44, jul. 2020
Submissão em: 17/01/2022. Aceito em: 28/06/2022.



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons